

## TERMO DE COMPROMISSO Nº 142/2022

Origem: Processo GAIA nº 10106202060190; AIA nº: 13011/D

O **INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE - IMA**, pessoa jurídica de direito público, com sede e foro na Capital do Estado de Santa Catarina, com jurisdição em todo o território catarinense, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.256.545/0001-90, sito a Av. Mauro Ramos, nº 428, Centro, Florianópolis (SC), neste ato representada pelo seu Autoridade Ambiental Fiscalizadora Lucimar Savaris, brasileira, casada, portadora do RG nº 1707510 SSP/SC e CPF/MF nº 518.083.589-53, residente e domiciliada no Município de Chapecó (SC) doravante denominado IMA e, de outro lado, **Madepoint Industria E Comercio De Madeiras Ltda Me** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.837.486/0001-80, com residência na cidade de Chapecó, nos termos do art. 87 da Lei 14.675/2009 – Código Estadual do Meio Ambiente, firmam o presente TERMO DE COMPROMISSO fundado nas cláusulas que seguem.

**CONSIDERANDO** a ação fiscalizatória ocorrida em 18/02/2020, que resultou no Auto de Infração número 13011-D, em face de Madepoint Industria E Comercio De Madeiras Ltda Me, pelos seguintes fatos:

Descrição do AIA 13011-D: Considerando solicitação do Ministério Público conforme Despacho de 07/02/2020 (protocolo SGPe IMA 7190/2020), Auto de Constatação 01.02.02.05.00123/17-04 de 21/03/2017 e Auto de Constatação nº 29508/3665/2019 de 10/04/2019 da Polícia Militar Ambiental, bem como análise ao processo de licenciamento ambiental IND/00662/CRO, LAO nº 5901/2016 e vistoria de fiscalização realizada em 18/02/2020, foi constatado o descumprimento das condicionantes da LAO 5901/2016, referente a Emissão de Ruídos "As emissões de ruídos devem obedecer, no interesse da saúde, da segurança e do sossego público, aos padrões, critérios e diretrizes, estabelecidas em Lei".

**CONSIDERANDO** que foi apresentada pelo autuado, em 08/07/2022 sob protocolo SGP-e IMA ATA IMA 530/2022, proposta para firmar o presente TERMO DE COMPROMISSO;

**CONSIDERANDO** a função sócio-ambiental da propriedade prevista nos artigos 5º, inciso XXIII, 170, inciso VI, 182, § 2º, 186, inciso II e 225, todos da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente e, uma das finalidades do Instituto do Meio Ambiente – IMA que buscam a compatibilização da preservação ambiental com o desenvolvimento econômico e, que o valor da multa pode ser convertido em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente;

**CONSIDERANDO** tratar-se o IMA de autarquia pública estadual, responsável pelo licenciamento de atividades potencialmente poluidoras e pela proteção e conservação do Meio Ambiente;

**CONSIDERANDO** que em caso de descumprimento do Compromisso de Ajustamento, pela compromissária, caberá o ajuizamento de ação de execução para busca da satisfação das obrigações previstas no Termo;

**CONSIDERANDO**, enfim, as funções institucionais do IMA, dentre as quais se encontra a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses relacionados à preservação do meio ambiente, podendo subscrever, para tanto, com os interessados, Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta, conforme previsto no art. § 6º do artigo 5º da Lei nº 7.347/85 e na Portaria Conjunta IMA/CPMA Nº

143/2019.

**CONSIDERANDO QUE:** na audiência de conciliação realizada em 08/07/2022, a administrada, MADEPOINT INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA EPP, representada por ROBERTO LUIZ PAULINI, optou pela conversão da multa em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do Meio ambiente, através de Termo de Compromisso, conforme arts. 123 a 134 da Portaria Conjunta IMA/CPMA nº 143/2019.

**CONSIDERANDO QUE:** O Município de Chapeco dispõe do FUNDO MUNICIPAL DE RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS, que tem como objetivo reparar e prevenir danos causados à coletividade, relativos ao meio ambiente, ao consumidor, à economia popular, a bens e direitos de valores artísticos, estéticos, históricos, turísticos e paisagísticos, à ordem urbanística, à ordem econômica, ao patrimônio público ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo no âmbito do Município.

**CONSIDERANDO QUE:** A utilização dos recursos se dá por meio de aprovação de projetos apresentados ao conselho gestor e devidamente analisado por este conselho, sendo que a destinação dos recursos se dá em todas as áreas abrangidas pelo art. 140 do decreto 6514/08.

**CONSIDERANDO QUE:** que o autuado aplicará um valor de R\$ 10000,00 (Dez mil Reais), depositado diretamente na conta do FUNDO MUNICIPAL DE RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS DO MUNICIPIO DE CHAPECÓ, mediante depósito identificado com número de CNPJ do depositante

**CONSIDERANDO QUE:** o autuado administrado solicitou o parcelamento do valor da multa convertida em 4 vezes de R\$ 2500,00 o que lhe foi deferido, e que o não pagamento de uma das parcelas implicaria em descumprimento do termo de compromisso .

## **RESOLVEM**

Celebrar o presente Termo de Compromisso mediante as seguintes cláusulas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo de Compromisso tem por objeto a conversão da multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DAS PARTES**

I – DO IMA:

- a) Orientar e supervisionar a execução da ação do objeto deste TERMO;
- b) Suspender a exigibilidade da multa aplicada com a assinatura deste Termo de Compromisso.

II – DA COMPROMISSÁRIA:

- a) A conversão da multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente será realizada em conformidade com o art. 142-A, inciso II do Decreto Federal Nº 6.514/08;
- b) Em conformidade com o art. 140, inciso I, II, III, IV, VI, VII do Decreto Federal Nº 6.514/08, serão realizados os seguintes serviços: Depósito no Fundo de reconstituição de bens lesados Municipal, para aplicação em projetos de educação ambiental, fiscalização ambiental, projetos de preservação, de

melhoria e de recuperação da qualidade do meio ambiente, nos termos do art. 140 do decreto 6514/08.;

c) No prazo de até 10 (dez) dias úteis após a homologação do presente os autos serão instruídos com comprovante de depósito integral em conta garantia em banco público, referente ao valor do projeto selecionado ou à respectiva cota-parte de projeto, nos termos definidos pelo órgão federal emissor da multa

d) Fazer cessar, corrigir e/ou recuperar o dano ambiental decorrente da infração objeto do Auto de Infração Ambiental, conforme o caso, de acordo com o §1º do art. 143 do Decreto Federal Nº 6.514/08, apresentando projeto a ser aprovado pelo IMA, caso necessário;

e) A compromissária expressamente renuncia o direito de recorrer administrativamente, nos termos do §4º do art. 146 do Decreto Federal Nº 6.514/08 e art. 132, § 4º da Portaria Conjunta IMA/CPMA nº 143/2019. Os efeitos da renúncia continuam vigorando mesmo no caso de rescisão do presente Termo de Compromisso.

A compromissaria se compromete a efetuar o depósito bancário diretamente ao FMRBL, CNPJ 83.021.808/0001-82 BANCO DO BRASIL AGENCIA 321-2 - Conta Corrente: 87880-4 o valor de R\$ 10000,00 (dez mil Reais), divididos em quatro parcelas iguais de R\$ 2500,00 (dois mil e quinhentos Reais) devendo o compromissário enviar cópia do comprovante de depósito, para que seja juntado ao processo. Salientando que o depósito deve ser identificado com número de CNPJ do depositante

g) O pagamento pelo compromissário será através de depósito bancário diretamente ao FMRBL, CNPJ 83.021.808/0001-82 BANCO DO BRASIL AGENCIA 321-2 - Conta Corrente: 87880-4 o valor mensal de R\$ 2500,00 (dois mil e quinhentos Reais) devendo serem pagas em 10 dias, 30, 60 e 90 dias da assinatura do termo de compromisso, devendo o compromissário enviar cópia do comprovante de depósito, para que seja juntado ao processo. (não sendo aceito depósito por envelope)

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA MULTA/CONVERSÃO**

a) Após o deferimento da conversão da multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, será aplicado ao valor da multa consolidada o desconto de 60% (sessenta por cento), em conformidade com a hipótese prevista no inciso II do art. 142-A do Decreto Federal Nº 6.514/08;

b) O valor resultante do desconto não poderá ser inferior ao valor mínimo legal aplicável à infração;

c) O valor dos custos dos serviços de preservação, conservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente será igual ou superior ao valor da multa convertida.

### **CLÁUSULA QUARTA - DAS PENALIDADES**

a) No caso de rescisão, ou na hipótese do inadimplemento do pagamento da compensação ambiental, as licenças ambientais emitidas serão automaticamente suspensas;

b) Da inadimplência parcial ou total de alguma das cláusulas deste Termo de Compromisso será aplicado multa diária no valor de R\$ 1.250,00 incidente a partir do término do prazo assinado sem o devido cumprimento;

c) O Compromissário expressamente renuncia a defesa ou recurso administrativo em relação à compensação ambiental devida, bem como a interposição de medida ou ação judicial de qualquer espécie, em face das cláusulas estabelecidas no presente Termo de Compromisso, bem como, em

relação às penas decorrentes da inadimplência. Os efeitos da renúncia continuam vigorando mesmo no caso de rescisão do presente;

d) O IMA poderá suspender os efeitos do presente Termo de Compromisso em caso fortuito, força maior ou por determinação judicial;

e) A celebração do presente Termo de Compromisso não impede a aplicação de quaisquer sanções administrativas, civis, penais e judiciais frente a futuro descumprimento pela Compromissária das normas ambientais vigentes;

f) No caso de rescisão, ou na hipótese de interrupção do cumprimento da conversão da multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, por decisão da autoridade ambiental ou por culpa do infrator, o valor da multa atualizada monetariamente deverá ser pago integralmente pela compromissária.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA VALIDADE E PUBLICAÇÃO**

a) O presente termo entra em vigor na data da sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses.

b) Sob pena de ineficácia, a Compromissária deverá publicar no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a homologação do presente, Extrato, conforme modelo fornecido pelo IMA, às expensas da Compromissária.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO FORO E DISPOSIÇÕES FINAIS**

Eventuais litígios oriundos dos termos do presente instrumento serão dirimidos no Foro da Comarca da Capital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiados que seja.

O IMA não arcará com qualquer ônus financeiro decorrente da assinatura do presente Termo de Compromisso, nem poderá ser responsabilizada na hipótese de inadimplência pelo compromissado.

Fica dispensada a publicação em diário Oficial do Estado nos termos do art. 120. inc. IX da Portaria conjunto IMA/CPMA 143/2019 por se tratar de infração de pequeno potencial ofensivo e de infrator de poucas condições econômicas, será feita a publicação do extrato no mural do órgão fiscalizador e no site oficial do órgão na rede mundial de computadores.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 01 (uma) via. a qual após a assinatura será digitalizada e anexada ao processo, para que produzam, entre si, os legítimos efeitos de direito.

Chapecó, 30 de agosto de 2022

\_\_\_\_\_  
Lucimar Savaris  
Autoridade Ambiental Fiscalizadora

\_\_\_\_\_  
Madedpoint Industria E Comercio De Madeiras Ltda  
Me  
CNPJ: 01.837.486/0001-80

Testemunha 01: \_\_\_\_\_

Nome:  
RG:

Testemunha 02: \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:

**Modelo de Publicação do Extrato do Termo de Compromisso no  
Diário Oficial do Estado**

Extrato do Termo de Compromisso nº. 142/2022 - IMA Madepoint Industria E Comercio De Madeiras Ltda Me, CNPJ: 01.837.486/0001-80, informa que celebrou Termo de Compromisso com o Instituto do Meio Ambiente – IMA, em 30 de agosto de 2022, tendo por objeto a conversão da multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, nos termos do disposto no artigo 140, inciso inciso I, II, III, IV, VI, VII do Decreto Federal 6.514/08.